



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO E INGRESSO

PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

GESTÃO 2011/2014

PROVA DE CONHECIMENTOS

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1** - A prova contém 40 (quarenta) questões. Verifique se ela está completa e sem falhas de impressão. Caso contrário, solicite ao Fiscal que providencie a substituição.
- 2** - Para chamar o Fiscal, levante o braço.
- 3** - Coloque, à caneta, sua assinatura na folha de respostas.
- 4** - A folha de respostas deverá ser preenchida com caneta esferográfica azul ou preta. As elipses deverão ser preenchidas conforme modelo exposto no quadro.
- 5** - Cada questão oferece **SOMENTE UMA** opção correta.
- 6** - Serão anuladas as questões que contiverem emendas, rasuras, borraduras ou qualquer assinalação diferente. Não amasse e não dobre a folha de respostas.
- 7** - Na prova, você poderá escrever, riscar, rasurar etc.
- 8** - O candidato poderá consultar **SOMENTE** o material de consulta disponibilizado pelos Fiscais da prova.
- 9** - O candidato **NÃO** poderá fazer perguntas sobre o conteúdo das questões. As reclamações deverão ser encaminhadas posteriormente à realização da prova, através de processo administrativo, via Protocolo Central.
- 10** - Não será permitido fumar durante a realização da prova, bem como utilizar ou manter ligado qualquer aparelho eletrônico.
- 11** - A prova terá duração de 4hrs e 30 min (quatro horas e trinta minutos). Não haverá tempo extra para preenchimento da folha de respostas, ou seja, no tempo de prova está incluído o tempo para preenchimento das respostas.
- 12** - O fiscal indicará quando faltar 30 (trinta) minutos para o término do tempo para realização da prova.
- 13** - O candidato somente poderá retirar-se do local de realização da prova após 1h (uma hora) do início da mesma.
- 14** - De acordo com o subitem 6.4, do Edital de Abertura nº 124, o candidato **NÃO** poderá levar o caderno de prova.
- 15** - A divulgação do gabarito desta prova ocorrerá na terça-feira **25/01/2011** no Diário Oficial de Porto Alegre.

1. É um dos direitos fundamentais de toda criança e adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, ser colocado em família substituta, assegurando-lhe a convivência familiar e comunitária. Fundando-se em tal preceito, acerca da colocação em família substituta, é correto afirmar que

- a) desde que comprovem seu estado civil de casados, somente os maiores de 21 anos podem adotar.
- b) uma criança ou adolescente somente será colocada em família substituta depois do procedimento de destituição do poder familiar.
- c) a colocação em família substituta far-se-á, exclusivamente, por meio da tutela ou da adoção.
- d) a guarda somente obriga seu detentor à assistência material à criança ou adolescente.
- e) a adoção será realizada através de procedimento de colocação em família substituta.

2. Um adolescente de 15 anos e um rapaz de 21 anos foram surpreendidos em flagrante após terem furtado um veículo em um baile da comunidade onde moram. Estavam bêbados e o maior de idade dirigia sem habilitação. Após registro da ocorrência, o adolescente foi internado provisoriamente e o adulto foi recolhido ao presídio.

Dentre as hipóteses abaixo sobre o procedimento adotado em relação ao adolescente, assinale a alternativa correta.

- a) O adolescente foi liberado rapidamente sem necessidade de novo comparecimento, pois, no caso do ato infracional cometido, a situação mais grave envolve o adulto, que dirigia sem habilitação.
- b) O adolescente não foi liberado, pois o juiz de plantão entendeu que era o caso de internação provisória, devendo ser apresentado ao Ministério Público, no prazo estabelecido, sendo este de 24 horas.
- c) O adolescente foi liberado, pois não tem como ser responsabilizado nesta situação, visto que não estava dirigindo o carro.
- d) O adolescente responderá a processo, necessariamente, pois nesse tipo de ato infracional a medida socioeducativa a ser aplicada é a de internação.
- e) Quando da apresentação ao Promotor de Justiça, este, obrigatoriamente, deverá aplicar a remissão, visto que se trata do primeiro ato infracional praticado pelo adolescente.

3. Analise as afirmativas a seguir.

- I. Decretada a internação provisória, o adolescente deve aguardar, privado de sua liberdade, o julgamento final do processo por um período não superior a três meses.
- II. A aplicação da medida socioeducativa de internação deve ocorrer em casos excepcionais, sendo esta a última medida a ser adotada quando outra não for a mais adequada.
- III. Quando um adolescente não cumpre adequadamente a medida em meio-aberto, aplicada combinada com uma remissão, o juiz da execução poderá decretar regressão pelo prazo limite de 120 dias.
- IV. Tendo sido julgado o adolescente e, ao final do processo, aplicada uma liberdade assistida, se não cumpri-la, poderá ser privado de liberdade por até 3 meses.
- V. O limite de tempo possível para a internação provisória é impreterivelmente de 3 anos.

Estão corretas as afirmativas:

- a) II e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) III e V.
- e) II e V.

4. Em uma festa junina, 4 adolescentes e 2 crianças envolveram-se em um incêndio de uma das barraquinhas, causando danos ao patrimônio e lesões a duas pessoas que estavam no local. A Brigada Militar foi chamada e passou a conduzir os envolvidos.

Na situação acima relatada, é correto afirmar que

- a) está incorreto o procedimento, pois o Conselho Tutelar é que deverá ser chamado imediatamente para atender a ocorrência e, conforme sua avaliação, os envolvidos serão encaminhados para a delegacia especializada.
- b) as crianças deverão ser encaminhadas ao Conselho Tutelar e os adolescentes à Delegacia Especializada.
- c) todos deverão ser encaminhados à Delegacia Especializada para prestar depoimentos, e, somente depois, proceder ao encaminhamento das crianças ao Conselho Tutelar.
- d) todos estarão sujeitos a medidas socioeducativas, tendo em vista a gravidade dos atos infracionais praticados.
- e) tanto as crianças como os adolescentes receberão medidas protetivas, tendo em vista tratar-se de uma brincadeira no contexto temático da festa junina.

5. Uma Fundação Educacional ligada a uma empresa privada de grande porte implementou um projeto de profissionalização de adolescentes. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é correto afirmar que

- a) embora execute um programa de atendimento com previsão no ECA, não necessitará registrar-se no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pois se trata de iniciativa de caráter privado e empresarial.
- b) como é uma iniciativa de empresa privada, não haverá a necessidade de seguir as regras estabelecidas pelo ECA para programas de atendimento.
- c) é, na verdade, um programa de execução de medidas socioeducativa em meio-aberto, destinado a adolescentes em conflito com a Lei.
- d) a Fundação Educacional deverá manter a inscrição do programa de atendimento no respectivo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente da cidade onde esteja funcionando.
- e) como a Fundação Educacional é de âmbito nacional, caberá ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente a regulação de sua execução, não cabendo o registro específico do programa.

6. Analise as afirmativas a seguir sobre as competências do juiz da Justiça da Infância e da Juventude, e do promotor do Ministério Público, respectivamente.

I. Presidir o inquérito civil público para apuração de irregularidade na oferta de políticas públicas / Deliberar sobre políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes.

II. Julgar processos de destituição do poder familiar / Ingressar com ação judicial com pedido de destituição do poder familiar, quando existirem elementos suficientes que impeçam a convivência da criança com a família de origem.

III. Julgar processos de aplicação de medidas de proteção / Atender as crianças e adolescentes que tiverem seus direitos violados e, na condição de tutor, aplicar medidas de proteção.

IV. Julgar processos de apuração de atos infracionais / Oferecer representação nos casos de adolescentes que tenham cometido atos infracionais.

V. Julgar processos de apuração de irregularidade em instituições que atendam crianças e adolescentes / Fiscalizar entidades que realizem atendimentos à população infanto-juvenil.

Estão corretas as afirmativas:

- a) II, IV e V.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e IV.
- d) III, IV e V.
- e) II e IV.

7. Quando chegam ao Conselho Tutelar denúncias relacionadas à violação de direitos de crianças e adolescentes, é **incorreto** afirmar que este deverá

- a) proceder à abertura de expediente para apuração das denúncias, registrando todos os dados disponíveis.
- b) averiguar pessoalmente a situação denunciada, mesmo que as supostas vítimas sejam conhecidas na comunidade por atos infracionais anteriormente cometidos.
- c) verificar a procedência da denúncia e registrar todos os dados sobre as crianças e adolescentes envolvidos, mesmo que não tenham relação direta com a denúncia, como idade, escolaridade, situação familiar, local de moradia, entre outros.
- d) aguardar a comprovação de que procedem as denúncias, visto que existem muitos casos em que a comunidade faz denúncias falsas, ou de fatos de pouca importância frente à gravidade das situações cotidianas que envolvem o trabalho do Conselho Tutelar.
- e) considerar as informações disponíveis e buscar outras complementares no menor tempo possível, visto que, mesmo que se trate apenas de suspeitas, o tempo que passa só aumenta os danos sofridos pela violação de direitos.

8. Uma determinada decisão do Conselho Tutelar foi revista pelo juiz da Infância e da Juventude competente a partir de pedido do interessado. O juiz, em sua fundamentação, utilizou os seguintes argumentos:

- I. Não compete ao Conselho Tutelar inclusão de crianças e adolescentes em programa de acolhimento familiar.
- II. Os interessados comprovaram que a decisão teria sido tomada por um só Conselheiro, que apenas utilizou-se de documento previamente assinado pelos demais Conselheiros, prática comum naquele Conselho Tutelar.

III. Não é competência do Conselho Tutelar requisitar vaga em serviço público, somente ao Juiz.

IV. O relatório encaminhado ao Ministério Público pelo Conselho Tutelar, visando à abertura de procedimento para destituição do poder familiar, veio assinado apenas por Conselheiros, não por técnicos da prefeitura.

São argumentos corretos, de acordo o ECA:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e IV.
- d) II e III.
- e) II, III e IV.

9. Conforme previsão do ECA, será assegurada à criança e ao adolescente que estiverem capacitados para formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre os assuntos a seu respeito.

Quanto a essa garantia, assinale a alternativa correta.

- a) Cabe às crianças e adolescentes, desde que tenham capacidade para formular seus próprios juízos, decidir sobre determinadas questões relacionadas aos rumos de suas vidas.
- b) Trata-se do direito de todas as crianças e adolescentes de serem ouvidos, sendo consideradas suas opiniões nas decisões que os adultos são responsáveis por tomar sobre as suas vidas.
- c) A livre expressão não envolve o direito de opinar sobre questões tratadas nos expedientes do Conselho Tutelar, pois são questões mais amplas, como a livre manifestação sobre assuntos políticos, culturais e esportivos.
- d) No caso do Conselho Tutelar, sua atribuição de atender crianças e adolescentes não quer dizer, necessariamente, ouvir e levar em consideração suas opiniões, pois muitas vezes a violação de direitos a que estão sujeitos deve-se à própria conduta.
- e) A manifestação de opiniões sobre a própria vida restringe-se a questões relacionadas aos processos educacionais.

10. Considerando que uma criança de 8 anos tenha cometido um ato infracional e que foi encaminhada ao Conselho Tutelar, assinale qual o procedimento adequado.

- a) O encaminhamento da criança à delegacia de polícia, que é o órgão do sistema de atendimento responsável pela apuração de atos infracionais e aplicação das medidas cabíveis.
- b) Crianças não cometem atos infracionais, por isso não recebem medidas socioeducativas.
- c) A aplicação das medidas de proteção adequadas ao caso concreto.
- d) A apuração detalhada da situação em que ocorreu o ato infracional e o encaminhamento de relatório circunstanciado ao Ministério Público, que tem a função de representação nos casos de atos infracionais.
- e) Um dos Conselheiros assumir a tarefa de fazer uma advertência verbal à criança, como medida prevista no art. 115 do ECA, para que não venha a cometer novas infrações.

11. É **incorreto** afirmar que

- a) ao Conselho Tutelar compete atender aos adolescentes no que se refere à violação de direitos e às crianças também quando cometem atos infracionais, aplicando medidas de proteção sempre que adequado.
- b) a medida socioeducativa de internação aplica-se em casos excepcionais quando os atos infracionais cometidos pelos adolescentes forem graves e quando nenhuma outra medida socioeducativa for mais adequada à situação.
- c) a medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade deve ser aplicada pelo prazo máximo de seis meses e destina-se a adolescente que tenha cometido atos infracionais de pouca gravidade.
- d) ao Conselho Tutelar não cabe a aplicação das medidas socioeducativas em meio-aberto no caso de crianças que tenham cometido atos infracionais.
- e) ao Conselho Tutelar não compete o atendimento de adolescentes autores de atos infracionais, mesmo que seus direitos estejam sendo violados, pois nestes casos já estão sob tutela judicial.

12. 'N', 14 anos, relatou ao Conselho Tutelar que está sendo divulgado pela Internet cenas de sexo explícito envolvendo ela e seu namorado. Quanto às orientações a serem dadas pelo Conselho Tutelar, analise:

- I. É proibida a divulgação só de atos relativos aos adolescentes em conflito com a lei, o que exige autorização do juiz.
- II. O Conselho Tutelar deve encaminhar notícia do fato ao Ministério Público, por constituir crime.
- III. Produzida a cena com seu consentimento, 'N' perdeu o direito ao respeito e à preservação da sua imagem.
- IV. O Conselho Tutelar pode representar ao juiz para a apuração da infração administrativa em que se constitui o fato.
- V. Ao contracenar com 'N', seu namorado pode receber uma sanção.

Estão corretas as orientações:

- a) II e V.
- b) III e V.
- c) I e II.
- d) I, III e V.
- e) II, IV e V.

13. Analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

- a) O dever de assegurar à criança e ao adolescente os direitos fundamentais arrolados no artigo 4º do ECA cabe, com exclusividade, à família.
- b) O ECA dispõe sobre a proteção integral de crianças e adolescentes em situação irregular.
- c) Para o ECA, criança é a pessoa até 12 anos incompletos e adolescente de 12 anos completos até 18 anos incompletos.
- d) Os hospitais e demais estabelecimentos públicos de atenção à saúde de gestantes, conforme estabelece o ECA, não são obrigados a manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.
- e) Os feitos que tramitam na Justiça da Infância e Juventude não correm em segredo de justiça.

14. Analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

- a) Todos os filhos, naturais ou adotivos, têm os mesmos direitos e qualificações, podendo haver designações discriminatórias a pedido da família adotante.
- b) Aos pais incumbe o dever de sustento, cabendo unicamente à escola o dever de educação dos filhos menores de 18 anos.
- c) A perda ou suspensão do poder familiar deve ser decretada judicialmente e, em algumas situações, o Conselho Tutelar poderá atuar se for convocado pela família interessada.
- d) Ao Ministério Público compete zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.
- e) O Conselho Tutelar tem a autoridade judiciária e compete ao Ministério Público a atribuição para fiscalizar os abrigos e as unidades da FASE.

15. Quanto ao consumo de bebidas alcoólicas, considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, é **incorreto** afirmar que

- a) cabe aos pais decidir em que idade os filhos podem começar a beber bebidas alcoólicas.
- b) é proibido vender bebidas alcoólicas às crianças e adolescentes.
- c) revistas destinadas ao público infantil não podem conter propaganda de bebidas alcoólicas.
- d) vender bebida alcoólica a crianças é crime.
- e) o Conselho Tutelar pode representar ao Ministério Público os casos que tomar conhecimento de fornecimento de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes.

16. Sobre a adoção, é correto afirmar que

- a) o Conselheiro Tutelar pode abrigar criança ou adolescente sem a prévia autorização judicial.
- b) nos procedimentos de adoção por estrangeiro, é possível a concessão da guarda em caráter liminar ou incidental.
- c) nos processos de adoção por estrangeiro, o ECA não estabelece prazos para o estágio de convivência.
- d) quando o adotando tiver mais de 12 anos, será necessário o seu consentimento quando se tratar de pedido de adoção.
- e) em nenhuma hipótese será permitida a alteração do prenome do adotando quando se tratar de adoção por estrangeiro.

17. Analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- a) A criança, somente em algumas hipóteses, tem assegurado o direito à convivência familiar e comunitária.
- b) Somente o profissional da saúde é obrigado a comunicar ao Conselho Tutelar os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos envolvendo seus pacientes.
- c) Segundo o ECA, é necessária a prévia suspensão ou destituição do poder familiar para a colocação em família acolhedora.
- d) A revogação da guarda não exige decisão judicial fundamentada.
- e) Os hospitais, após a vigência do ECA, devem proporcionar condições para a permanência, em tempo integral, de um dos pais ou responsáveis no caso de internação da criança.

18. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O direito à liberdade, concedido à criança e ao adolescente, envolve, entre outros, o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se.
- b) Somente o Ministério Público e a autoridade judiciária têm o dever de velar pela dignidade da criança e do adolescente.
- c) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família natural, assegurando, o ECA, o direito de viver em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substância entorpecentes.
- d) O poder familiar, segundo o ECA, deve ser exercido em igualdade de condições pelo pai e pela mãe.
- e) Crianças e adolescentes têm primazia para receber socorro em quaisquer circunstâncias.

19. Assinale a alternativa correta.

- a) É assegurado o acesso de toda criança e adolescente à Defensoria Pública e ao Ministério Público, dependendo de autorização dos pais para ter garantido o acesso ao Poder Judiciário.
- b) A divulgação dos atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito à criança e ao adolescente é, em qualquer hipótese, permitida através dos meios de comunicação.
- c) A Justiça da Infância e Juventude é competente para conhecer dos pedidos de guarda e tutela e jamais para conhecer os pedidos de adoção de criança ou adolescente.
- d) O Ministério Público não tem atribuição de propor ação de suspensão e destituição do poder familiar.
- e) Todas as alternativas acima estão incorretas.

20. 'A' é usuária de crack, tem 4 filhos e está grávida do quinto. Não sabe quem é o pai das crianças. Quem cuida e tem a guarda das crianças é 'M', a avó, que é idosa. Esta procura o Conselho Tutelar dizendo que não consegue mais cuidar das crianças.

Nesse caso, o Conselho Tutelar deverá

- a) colocar os filhos de 'A' na lista de adoção.
- b) encaminhar 'M' a programa de apoio e proteção à família e 'A' a programa de tratamento de usuários de drogas.
- c) determinar a internação de 'A' em uma fazenda terapêutica mantida por igreja da comunidade.
- d) denunciar 'M' ao Ministério Público pelo crime de abandono.
- e) determinar a perda da guarda da avó.

21. Um Conselheiro Tutelar de um município vizinho levou uma criança a uma entidade de acolhimento em um sábado à noite, determinando ao dirigente da entidade que deveria acolhê-la. Recusou-se a fornecer qualquer documento de identificação da criança ou referente a sua decisão, ameaçando o dirigente de denunciá-lo à polícia por desacato se não cumprisse sua determinação.

Nesse caso, o dirigente da entidade

- a) poderá receber a criança, em caráter excepcional, comunicando o fato à autoridade competente em até 24 horas.

b) deverá simplesmente cumprir a determinação do Conselheiro Tutelar e acolher a criança.

c) deverá recusar-se a receber a criança, informando ao Conselheiro que a criança deveria ficar esperando no plantão da sede do Conselho até a segunda-feira.

d) poderá receber a criança e fazer um registro provisório com um nome fictício para não se complicar depois.

e) não poderá receber a criança, pois o Conselheiro Tutelar não é do seu município.

22. 'D' é mãe de duas crianças, de 8 e 9 anos de idade. Seu marido, 'R', é usuário abusivo de álcool e fornece bebidas alcoólicas aos filhos sempre que ela não está em casa. Ela procura o Conselho Tutelar para pedir ajuda.

Ao Conselho Tutelar, nessa situação, caberá

- a) destituir o poder parental de 'R' e afastá-lo do lar.
- b) colocar as crianças em um internato para infratores, já que consomem bebidas alcoólicas.
- c) encaminhar o pai a programa de orientação e tratamento psicológico.
- d) denunciar a mãe à Polícia, pois ela está cometendo o crime de negligência.
- e) destituir o poder parental de ambos os pais e colocar as crianças em uma instituição de acolhimento.

23. Um aluno de uma escola estadual foi espancado por outro dentro da escola. Ferido, foi levado por uma professora para atendimento no hospital local, que é privado. Este comunicou o fato ao Conselho Tutelar. Ao receber a denúncia, o Conselho Tutelar

- a) só poderá agir se a denúncia for informada pela diretora da escola, que é quem tem a competência neste caso.
- b) não poderá interferir no caso pois se trata de caso de lesões corporais, que é de competência da polícia.
- c) poderá aplicar uma sanção à diretora da escola, que não deveria permitir que a agressão ocorresse.
- d) poderá tomar conhecimento do caso, podendo aplicar medidas de proteção tanto ao agressor como ao agredido, se for o caso.
- e) não têm competência para agir no caso, pois a escola é estadual e o hospital privado.

24. O Conselho Tutelar de uma cidade reúne seu colegiado semanalmente e distribui os casos novos entre os Conselheiros. Chegando ao Conselho uma denúncia de maus-tratos que envolvem uma criança cujo caso já fora distribuído para um determinado Conselheiro, o qual se encontra em férias, o Conselheiro que se encontra de plantão deverá

- a) solicitar ao denunciante que contate o Conselheiro responsável depois do fim de suas férias.
- b) registrar a denúncia, mas não poderá encaminhar nenhuma medida, pois o caso já tem um Conselheiro responsável.
- c) comunicar o fato ao Ministério Público, pois no caso de denúncias reiteradas de maus-tratos, a competência não é mais do Conselho Tutelar.
- d) juntamente com os demais Conselheiros em atividade, encaminhar as medidas de proteção necessárias.
- e) encaminhar o caso ao substituto do Conselheiro em férias, que é o único com competência para atuar no caso.

25. Uma pessoa telefona para o Conselho Tutelar e denuncia a ocorrência de uma situação de maus-tratos contra uma criança em sua comunidade. Dá o endereço da família da criança e desliga o telefone sem identificar-se.

Nessa situação, o Conselho Tutelar

- a) não deverá fazer nada, pois seguramente é um trote.
- b) não poderá iniciar nenhum procedimento com base em uma denúncia anônima.
- c) poderá instaurar um procedimento para verificar a veracidade das denúncias, independente de sua origem.
- d) deverá identificar a origem da chamada e informar a família acusada para que tome providências em relação ao denunciante.
- e) deverá colocar a criança em uma instituição de acolhimento até descobrir quem é o denunciante.

26. Um Conselheiro Tutelar conhece uma família que vive em um município vizinho e desconfia que o pai abusa sexualmente de uma filha adolescente, de 17 anos, com a convivência da mãe. Encontrando a adolescente em um *shopping center* de seu município, o Conselheiro decide encaminhá-la a uma entidade de acolhimento, compulsoriamente, determinando que ela não poderá receber visitas nem sair do local como forma de proteção contra o agressor.

Com relação a este caso, é correto afirmar que

- a) o Conselho Tutelar pode limitar o direito de ir e vir da adolescente como medida de proteção.
- b) a competência deste caso pertence ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária do município de residência dos pais.
- c) a adolescente não poderia sair de seu município de residência sem autorização escrita dos pais.
- d) somente o Ministério Público pode propor o acolhimento institucional de adolescentes.
- e) casos de abuso sexual constituem crime e estão fora da competência do Conselho Tutelar.

27. Uma criança em situação de rua sofreu um atropelamento. Resgatada pelo SAMU, foi encaminhada ao Hospital de Pronto Socorro, onde foi atendida. Comunicado o fato ao Conselho Tutelar, este, após verificação,

- a) poderá determinar o acolhimento da criança em instituição.
- b) poderá determinar apoio e acompanhamento temporários à criança.
- c) poderá encaminhar a criança ao local em que vive na rua.
- d) poderá encaminhar a criança à família acolhedora.
- e) não poderá tomar nenhuma medida.

28. O diretor de um estabelecimento de ensino de Educação de Jovens e Adultos comunicou ao Conselho Tutelar a suspeita de maus-tratos envolvendo um adolescente, aluno do ensino médio.

Em relação às competências do Conselho Tutelar, é correto afirmar que

- a) somente compete ao Conselho Tutelar apurar os casos de maus-tratos contra crianças.
- b) somente compete ao Conselho Tutelar apurar casos de maus-tratos de alunos do ensino fundamental.
- c) não compete ao Conselho Tutelar a apuração de casos de maus-tratos de maiores de 16 anos.
- d) o Conselho Tutelar tem competência para apurar casos de maus-tratos contra estudantes envolvendo tanto crianças como adolescentes.
- e) o Conselho Tutelar não pode atuar neste caso porque o art. 56 do ECA só prevê a comunicação de casos de maus-tratos nos estabelecimentos de ensino fundamental.

29. Um adolescente de 17 anos foi apreendido em flagrante furtando um telefone celular. Levado pela Polícia Militar à delegacia especializada, os funcionários do órgão comunicaram aos pais, os quais não compareceram.

Nessa situação, é correto afirmar que

- a) o Delegado de Polícia poderá determinar que o Conselho Tutelar leve o adolescente em casa.
- b) o Ministério Público poderá determinar a internação provisória do adolescente até o comparecimento dos pais.
- c) a Autoridade Judiciária poderá determinar o encaminhamento do adolescente aos pais, mediante termo de responsabilidade, solicitando ao Conselho Tutelar o acompanhamento da medida.
- d) o adolescente não poderá ser detido sem a presença dos pais.
- e) é da competência cumulativa da Polícia Civil, do Ministério Público e da Autoridade Judiciária determinar o acompanhamento das medidas pelo Conselho Tutelar.

30. Tendo ocorrido recentemente um surto de uma enfermidade infecto-contagiosa para a qual foi desenvolvida uma vacina, as autoridades sanitárias recomendaram a vacinação de todas as crianças até os oito anos de idade. Tendo em vista que um programa de televisão afirmou que a vacina não fazia efeito e que tem circulado notícia na Internet que a vacina é perigosa, pois foi feita por médicos cubanos, e considerando os dispositivos do ECA, é correto afirmar que

- a) os pais devem decidir se os filhos são vacinados ou não.
- b) as vacinas obrigatórias são apenas as que estão no calendário da carteira de vacinação.
- c) somente são obrigatórias as vacinas fabricadas no Brasil.
- d) é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- e) é a criança que deve decidir se quer receber a vacina, pois ela tem direito à liberdade.

31. No caso de aplicação de medidas aos pais ou responsável por parte do Conselho Tutelar, assinale a alternativa correta

- a) não cabe revisão, pois sua decisão é soberana e não pode ser mudada.
- b) cabe revisão pelo Prefeito, já que é um órgão municipal.
- c) cabe revisão pelo Ministério Público, que é o órgão responsável pela fiscalização do Conselho Tutelar.
- d) cabe revisão pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- e) cabe revisão pelo Juizado da Infância e da Juventude.

32. Em relação aos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

- a) em todos os crimes previstos no ECA, o Ministério Público deve propor a ação independente de pedido da vítima.
- b) todos os crimes previstos no ECA somente se aplicam a maiores de 18 anos.
- c) os acusados de crimes que envolvem o descumprimento de decisões do Conselho Tutelar somente serão processados a pedido deste.
- d) quando as vítimas são crianças e adolescentes não se aplica o Código Penal, apenas o ECA.
- e) os crimes previstos no ECA não podem levar à privação de liberdade dos acusados, apenas multa.

33. Com relação ao ato infracional do adolescente e às medidas sócioeducativas previstas no art. 112 do ECA, é correto afirmar que:

- a) não é possível aplicar qualquer das medidas, independente de prova de materialidade e autoria.
- b) é possível aplicar qualquer das medidas, independente de prova de materialidade e autoria.
- c) a aplicação de medidas privativas de liberdade pressupõe sempre a prova de materialidade e autoria.
- d) no caso da remissão, é possível aplicar qualquer uma das medidas sócio-educativas sem prova de materialidade e autoria.
- e) as medidas previstas no art. 101, I a VI, mesmo em caráter complementar, só poderão ser aplicadas com prova de materialidade e autoria.

34. As entidades de atendimento que desenvolvem programas destinados a adolescentes em regime de internação, quando mantidas por fundação ligada ao governo estadual, são fiscalizadas, segundo o ECA

- a) exclusivamente pelo Ministério Público.
- b) exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- c) exclusivamente pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.
- d) pelo Conselho Tutelar, pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.
- e) pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pela Procuradoria Geral do Estado.

35. Com relação ao direito à saúde da gestante, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) É de responsabilidade do poder público propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.
- b) É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.
- c) A parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
- d) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.
- e) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezesseis anos.

36. O ECA afirma que "É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde".

Diante disso, analise as afirmativas a seguir.

- I. A criança e o adolescente com deficiência receberão atendimento especializado sempre que necessitarem.
- II. A criança e o adolescente com deficiência receberão atendimento a partir de uma decisão judicial.
- III. A criança e o adolescente com deficiência receberão atendimento especializado somente se comprovarem a sua deficiência através de atestado médico.
- IV. Ao chegar em um hospital, a criança e o adolescente com deficiência serão atendidos por um especialista somente se acompanhados do pai ou da mãe.

Está(ão) correta(s):

- a) I.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) II e III.
- e) I, III e IV.

37. Conforme o ECA, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, não são obrigados a

- a) manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 (dezoito) anos.
- b) identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital do seu acompanhante colateral maior, sem prejuízo de outras formas normalizadas pela autoridade administrativa competente.
- c) proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.
- d) fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
- e) manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

38. Em um hospital da cidade foi verificada a violação de um dos direitos fundamentais: o não atendimento do adolescente pela equipe médica, em razão de sua conduta.

No que toca à aplicação das medidas de proteção previstas no ECA, é correto afirmar que o Conselho Tutelar

- a) não deverá intervir por se tratar de adolescente em conflito com a lei.
- b) deverá aplicar qualquer das medidas previstas no art. 101 do ECA, incisos I e VIII.
- c) não poderá intervir por tratar-se de ocorrência interna de unidade de saúde.
- d) poderá requerer o tratamento de saúde necessário e denunciar a recusa de atendimento ao Ministério Público para providências.
- e) nenhuma das alternativas acima está correta.

39. De acordo com a normativa internacional sobre o trabalho infantil, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Entre as piores formas de trabalho infantil estão todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão e a utilização, demanda ou oferta de criança para fins de prostituição.
- b) Entre as piores formas de trabalho infantil não se enquadra a utilização de crianças em atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas. Estas atividades são consideradas crimes, apurados como atos infracionais praticados pelos adolescentes.
- c) Entre as piores formas de trabalho infantil estão os trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.
- d) As normas da OIT aplicam-se a todas as crianças de zero a dezoito anos incompletos.
- e) Entre as obrigações dos Estados, que ratificaram a convenção internacional reguladora da matéria, está levar em consideração a situação especial de meninas em condição de execução das piores formas de trabalho infantil.

40. Segundo a Convenção 138 da OIT, assinale a alternativa correta em relação à idade mínima para ingresso no trabalho.

- a) Não há idade mínima, pois crianças não podem trabalhar.
- b) É de 16 anos para todos os tipos de trabalho.
- c) É de 18 anos para qualquer tipo de emprego ou trabalho que possa ser prejudicial à saúde.
- d) É de 12 a 15 anos em serviços leves.
- e) Cada país fixará a idade mínima, a qual não poderá ser inferior a 16 anos.